



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0012090-40.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **João Gomes de Almeida**
 Requerido: **Saae Serviço Autônomo de Água e Esgoto**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

João Gomes de Almeida, assistido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ajuizou esta ação declaratória de inexistência de débito, em face do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE, aduzindo, em síntese, que reside no imóvel localizado na Rua Guarino Baldan, nº 80, Antenor Garcia, nesta urbe, sendo usuário dos serviços da autarquia ré e que a média do consumo de água é baixa, pois se trata de moradia simples, na qual vive sozinho. Todavia, está sendo cobrado indevidamente no valor de R\$ 1.388,00, atualizado até 06/2013, em R\$ 2.528,63, referente ao consumo dos meses Janeiro, Fevereiro Março e Abril de 2011, que corresponde a um consumo muito superior ao praticado, tendo comunicado a autarquia, que informou que não havia nenhuma irregularidade ou vício na apuração do consumo e não autorizou a revisão dos consumos pretéritos e abusivos. Por fim, informa que tais fatos acarretaram o ajuizamento da execução fiscal 0601463-59.2012.8.26.0566.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 08/15.

Pela r. decisão de fl. 16 foi determinada a suspensão da referida execução fiscal, para que se aguardasse o julgamento desta ação.

Citada, a autarquia, em contestação (fls. 23/), aduz, em resumo, que no imóvel da parte autora não foi constatada nenhuma anormalidade nas instalações, inexistindo qualquer vazamento, tendo havido o efetivo consumo de água, sendo legítima a cobrança. Sustenta, ainda, que o autor não produziu provas hábeis para afastar a presunção de legitimidade das cobranças e demonstrar a inexistência do consumo e que, em relatórios de consumos de fev./2008 a dez./2009, foram verificadas diversas ocorrências que dificultaram leitura, de modo que houve a cobrança tão somente pelo consumo mínimo e, posteriormente, foi realizada a leitura do efetivo consumo, ora impugnado. Juntou documentos (fls. 32/56).

A fl. 57, o processo foi saneado, sendo determinada a realização de perícia, cujo laudo foi acostado às fls. 135/145, manifestando-se as partes sobre ele.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

0012090-40.2013.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O processo teve dilação probatória completa, portanto, de rigor o julgamento neste momento.

O pedido não merece acolhimento.

Não obstante a relação jurídica sob exame seja, inegavelmente, consumerista, ensejando a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor, certo é que a prova pericial produzida aponta para a existência de vazamento como causa do aumento do consumo, tendo sido afastada a existência de irregularidade no hidrômetro.

Com efeito, o laudo elaborado pelo Perito Judicial (fls. 135/145) concluiu que: (Transcreve-se parte do laudo).

“A grande maioria do consumo verificado no período de janeiro de 2005 a julho de 2016 situa-se na faixa de consumo mensal de zero a 20 m³. [...]. O gráfico, em sua forma mostra claramente nos volumes contestados, a configuração típica de ocorrência de vazamento”.

Além disso, em resposta aos quesitos apresentados, assim esclareceu o Sr. Perito:

Pergunta 1º: O hidrômetro do autor que foi substituído pela autarquia ré tinha mal funcionamento aparente mesmo sem haver consumo? Por exemplo, por existência de ar na tubulação?

Resposta: Os gráficos de consumo elaborados pelo Perito não indicam mal funcionamento.

Pergunta 1º: Na ocorrência de vazamentos de água intra-residencial, pode-se haver um acréscimo de consumo excedente registrado pelo hidrômetro e que não foi utilizado pelos moradores do imóvel.

Resposta: Sim, podendo na maioria dos casos apresentarem elevação de volume, não consumido de alto valor. Comprovado o vazamento a cobrança do excesso em relação a uma média anterior deve ser somente de água, excluindo-se a contribuição de esgoto.

Os documentos de fls. 45/46 também dão conta de que o hidrômetro foi aprovado, após vistoria feita pelo setor competente do SAAE.

De se anotar, ainda, que o autor, inclusive, já quitou seu débito na execução fiscal que cobrava o consumo aqui discutido, conforme se observa dos atos de n. 0601463-59.2012.8.26.0566, que foram extintos, com fundamento no art. 794, inciso I, do Código de Processo Civil.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte autora nas custas e despesas processuais, bem como nos honorários de sucumbência, que fixo em 10% sobre o valor da causa, observando-se, contudo, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

gratuidade da justiça.

Oportunamente, após o trânsito em julgado, arquivem-se.

P I

São Carlos, 20 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**